

ANEXO VI – Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2019/PREVID

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS – PREVID E A EMPRESA _____ EM DECORRÊNCIA DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 017/2019/PREVID, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019/PREVID.

- I. **DAS PARTES:** O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE DOURADOS/MS – PreviD, inscrito no CNPJ sob o nº 08.797.960/0001-36, com sede na Av. Weimar G. Torres, nº. 3.215-D, Centro – Dourados/MS, CEP: 79.800-023, neste ato representado pelo Diretor Presidente, o Senhor **THEODORO HUBER SILVA**, brasileiro, solteiro, servidor público municipal, portador do RG nº 12840378 SSP/MT, CPF nº 979.301.131-91, doravante denominado **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____, Órgão emissor ____/____ e, do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, ajustam o presente instrumento contratual, mediante as cláusulas e condições seguintes.
- II. **FUNDAMENTO LEGAL:** O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com fundamento em seu art. 1º, parágrafo único, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005 e alterações posteriores, com fundamento em seu art. 1º, §1º e subsidiariamente a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e Lei Complementar Municipal nº 331/2017 e alterações posteriores, pelo constante do Processo nº 017/2019/PreviD de Edital, Pregão Presencial nº 002/2019/PreviD.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Contrato refere-se à contratação do **Lote II – Contratação de Empresa Especializada para aquisição de materiais de consumo de processamento de dados**, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.
- 1.2. Integra ao presente Contrato, o edital da licitação e seus anexos incluindo as condições estabelecidas, as correções e esclarecimentos feitos durante o procedimento licitatório, bem como, a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independente de transcrição.

- 1.3. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definirem a sua extensão, e desta forma, regerem a execução adequada do Contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 2.2. O fornecimento, objeto deste contrato, será realizado de forma integral, devendo ser fornecido somente após a assinatura do contrato, bem como, após a expedição da Autorização de Fornecimento pelo CONTRATANTE, podendo ser expedida ou por **Correspondência Oficial, e-mail e/ou telefone**, no qual deverão constar, no mínimo, os seguintes dados:
- a) Número do contrato, número da nota de empenho e referência ao processo de origem;
 - b) Data da entrega do(s) produto(s);
 - c) Local de entrega;
 - d) Quantidade de itens com os respectivos descritivos, modelos e marcas;
 - e) Indicação do fiscal e gestor do contrato.
- 2.3. Após a emissão da Autorização de Fornecimento pelo CONTRATANTE, a **CONTRATADA deverá realizar a entrega dos materiais no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da mesma.
- 2.3.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado conforme anuência do Instituto.
 - 2.3.2. A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar os materiais solicitados em sua totalidade, sob pena das sanções legais cabíveis;
 - 2.3.3. Em caso de atraso na entrega, a CONTRATADA poderá solicitar dilação de prazo, devidamente justificada, ficando a critério do CONTRATANTE a concessão ou não de prazo superior.
- 2.4. Salvo exigência diversa, os produtos deverão ser entregues nas dependências do CONTRATANTE, situado no endereço Avenida Weimar Gonçalves Torres, nº 3.215 –D, Centro, CEP: 79.800-023, fone: (67)3033-9637 ou (67)3033-9638, na cidade de Dourados/MS, no horário de expediente compreendido de segunda a sexta-feira das 07h30 às 13h.
- 2.5. Os produtos deverão ser de ótima qualidade, novos, de primeiro uso, e estarem adequadamente embalados, livre de agentes externos que contaminem os mesmos, constando também a marca do produto, as informações/descrições dos materiais, bem como, data de fabricação e validade, respeitando-se os requisitos mínimos exigidos, conforme observações a seguir:

LOTE II- MATERIAIS DE CONSUMO DE PROCESSAMENTO DE DADOS		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	MOUSE PAD: Base para mouse; tipo ERGONÔMICO; com DESCANSO PARA PULSO EM GEL; revestido com tecido; base em borracha antiderrapante; composição: tecido, gelatina de silicone	15 UNIDADES

	e poliuretano; cor: Preta; Embalagem lacrada.	
02	PEN DRIVE USB 3.0 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 16GB – Leitura: 40MB/S (mínimo); Gravação: 10MB/S (mínimo); Dimensões: 57,18mm x 17,28mm x 10,00mm; Temperatura de Operação: 0° a 60° C; Temperatura de Armazenamento: -20° a 85° C. Embalagem lacrada.	12 UNIDADES
03	PEN DRIVE USB 3.1 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 32GB – Capacidade: 32GB (mínimo); Velocidade de leitura: 110MB/s (mínimo); Velocidade de gravação: 15MB/s (mínimo); Temperatura de Operação: 0°C a 60°C; Temperatura de Armazenamento: -20°C a 85°C; Compatibilidade: Windows® 10, Windows 8.1, Windows 8, Windows 7 (SP1), Windows Vista® (SP2), Mac OS X v.10.8.x ou superior, Linux v.2.6.x ou superior, Chrome OS; Estrutura de metal, disponível em várias cores de acordo com a capacidade; USB 3.1 Ger 1 (USB 3.0) de rápido desempenho. Embalagem lacrada.	02 UNIDADES

- 2.5.1. Quanto ao item 01, o material deverá possuir o prazo de garantia legal (primeiros noventa dias), contados da data da emissão do termo de recebimento definitivo.
- 2.5.2. Quanto aos itens 02 e 03, estes deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, incluso o prazo de garantia legal contra defeito de fábrica.
- 2.5.3. O certificado e/ou selo de garantia deverá estar incluso na embalagem do produto, o qual deverá conter neste, no mínimo, marca, o prazo de vigência da garantia e acesso ao canal de atendimento ao consumidor (SAC).
- 2.5.4. Os materiais que apresentarem validade, deverão ter a data de fabricação, no máximo, **6 (seis) meses antes da data de entrega**, ou seja, não poderão ser entregues produtos com data vincenda próxima à data de entrega dos mesmos.
- 2.6. A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade dos materiais solicitados, não sendo admitido o parcelamento, salvo exigência diversa e com anuência do CONTRATANTE, sob pena das sanções legais cabíveis.
- 2.7. A entrega dos materiais deverá ser por conta exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, uma vez que, o valor do mesmo deverá ser incluso no preço proposto.
- 2.7.1. O veículo utilizado para o transporte dos materiais deverá estar em perfeitas condições de higiene e limpeza, livre de agentes externos que possam contaminá-los.
- 2.8. Os produtos entregues deverão atender as especificações constantes neste instrumento contratual, do edital e demais anexos integrantes ao objeto do contrato, não podendo ser entregues produtos diversos daqueles que foram cotados.
- 2.9. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.
- 2.10. Se a CONTRATADA deixar de fornecer o produto, sem justificativa por escrito e sem o aceite do Instituto, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente.
- 2.11. Em caso de não cumprimento dos subitens anteriores, implicará em não recebimento deste objeto por parte da comissão de recebimentos/fiscal de contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 3.1. Todo o recebimento do objeto contratual será acompanhado e conferido pela Comissão de Recebimentos deste Instituto e/ou através do fiscal ou gestor de contratos.
 - 3.1.1. Ao receber os itens do objeto deste termo, o CONTRATANTE irá analisá-los, verificando se os mesmos conferem com os que foram licitados bem como se estão em perfeitas condições de uso.
- 3.2. O objeto, estando de acordo com a proposta de preços e de acordo com o disposto neste contrato, no edital e demais anexos, será recebido na forma do parágrafo único do art. 73, inciso II, da lei 8.666/93:
 - a) **PROVISORIAMENTE** – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, no ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado;
 - b) **DEFINITIVAMENTE** - após o decurso do prazo de observação, em até 15 (quinze) dias, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 3.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 3.4. Para recebimento, os itens do objeto deste instrumento contratual, deverão ser novos (primeiro uso), atuais e entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, conforme as especificações técnicas e dentro do horário de expediente do PreviD, como citado no **subitem 2.4.** deste contrato.
- 3.5. O PreviD reserva-se no direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais fornecidos, se em desacordo com as especificações estabelecidas no presente contrato.
- 3.6. Os itens recusados pelo CONTRATANTE deverá(ão) ser **substituído(s), automaticamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das sanções administrativas, contados da data de notificação, correndo por conta exclusiva do fornecedor as despesas de devolução e reposição.
- 3.7. A CONTRATADA se compromete a **substituir ou repor** o produto, **caso**:
 - a) O produto não atenda às especificações e requisitos contratados;
 - b) Seja constatado algum defeito e/ou problema nos produtos entregues;
 - c) No momento da entrega, haja embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas, que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;
 - d) O produto apresente quaisquer alterações antes do vencimento (validade).
- 3.8. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitante com quaisquer especificações descritas neste projeto básico.
- 3.9. O material recusado será considerado como não entregue, até que ocorra a devida substituição.
- 3.10. Em caso de não conformidade, o representante notificará a empresa contratada, para as providências necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis à contratada e até mesmo, a rescisão contratual caso não seja regularizado.

CLÁUSULA QUARTA – DA COMISSÃO DE RECEBIMENTOS E DO FISCAL DE CONTRATOS

- 4.1. Todos os serviços, mercadorias e demais bens, adquiridos pelo CONTRATANTE, deverão ser conferidos por 02 (dois) membros da Comissão de Recebimentos, designados por meio da Portaria nº 049/2018/ADM/PREVID, publicada no Diário Oficial de Dourados – Ano XX, nº 4.711, de 15 de junho de 2018.
- 4.2. Será designado um servidor do Instituto para acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, mediante portaria administrativa, a qual será devidamente publicada no Diário Oficial de Dourados e posteriormente juntada ao procedimento de contratação.
- 4.3. A Comissão somente é responsável pela conferência dos produtos/serviços recebidos ao Instituto, competindo somente ao fiscal de contratos, o acompanhamento quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

- 5.1. **Quanto ao item 01 – Mouse Pad**, a CONTRATADA deverá fornecer o prazo de garantia legal contra defeitos de fábrica, contando 90 (noventa) dias a partir da data de emissão do termo de recebimento definitivo.
- 5.2. **Para os itens 2 e 3 - Pen Drive USB 3.0 com capacidade mínima de 16GB e Pen Drive USB 3.1 com capacidade mínima de 32GB:**
 - 5.2.1. O prazo de garantia do fabricante para os produtos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, incluído o prazo de garantia legal (primeiros noventa dias), contados da data de emissão do termo de recebimento definitivo.
 - 5.2.2. A garantia dos produtos consiste na reparação das eventuais falhas e na substituição de peças e componentes originais que se apresentem viciados ou defeituosos, durante todo o período de vigência da garantia, desde que, as falhas e/ou defeitos tenham sido decorridos de defeito de fabricação.
 - 5.2.3. Para obter o serviço de garantia, o CONTRATANTE deverá notificar à empresa CONTRATADA para as devidas providências, devolvendo o produto, caso necessário para os devidos reparos.
 - 5.2.4. A CONTRATADA deverá atender, durante o prazo de garantia, aos chamados de manutenção corretiva no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a substituição necessária junto à CONTRATADA, salvo nas condições em que os serviços de manutenção a serem executados exijam a sua retirada, sem quaisquer ônus ao CONTRATANTE.
 - 5.2.5. Caso a CONTRATADA tenha a necessidade de encaminhar o produto defeituoso à fabricante, este deverá arcar com os custos provenientes ao frete, demais tributos e encargos.
 - 5.2.6. Proceder, durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição do produto e/ou componentes que não mais existam no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo,

o fabricante não mais o produza, a substituição pelo produto e/ou componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores, sem ônus para a Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados – PreviD.

- 5.2.7.** Ocorrendo defeitos sistemáticos por 03 (três) vezes no transcurso de um mês, durante o período de garantia, sem solução, a CONTRATADA fica obrigada a substituir o equipamento em até 5 (cinco) dias úteis, após a quarta chamada, sem ônus ao CONTRATANTE, desde que este não tenha contribuído para a causa.
- 5.2.8.** Decorrido os prazos previstos sem o atendimento ou conserto devidos, fica o CONTRATANTE autorizado a contratar os serviços com outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia do produto ou ao suporte dos serviços prestados.
- 5.2.9.** A falta de peças não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que estará sujeita pelo não-cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 5.2.10.** O descumprimento do prazo de atendimento técnico ou a não substituição do produto defeituoso, ensejará a aplicação de multas à licitante vencedora, calculadas sobre o valor total do CONTRATO e demais penalidades aplicáveis.
- 5.2.11.** É de responsabilidade da CONTRATADA e/ou da empresa indicada para assistência técnica:
- a)** Fornecimento de ferramentas, produtos ou materiais indispensáveis à execução dos serviços de reparo aos técnicos;
 - b)** Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução da assistência técnica.
 - c)** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos, referente aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não possuem vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- 5.2.12.** Esta garantia NÃO se aplica a defeitos que não sejam de fabricação, inclusive:
- a)** Danos físicos causados ao produto (amassados, arranhões, manuscritos, descaracterização, componentes queimados por descarga elétrica ou excesso de voltagem, danos decorrentes de exposição excessiva ao calor, fogo ou umidade trincados ou lascados, após a compra pelo consumidor);
 - b)** Defeitos provocados pelo uso inadequado do produto pelo consumidor;
 - c)** Defeitos provocados por tentativas de abertura, conserto ou modificação do produto;
 - d)** Danos causados ao produto pelo uso em associação com outros equipamentos;
 - e)** Danos resultantes de caso fortuito ou força maior;
 - f)** Retirada ou violação dos selos de garantia ou identificação da fabricante.
- 5.2.13.** O CONTRATANTE, quando necessário acionar a garantia à CONTRATADA ou à fabricante, deverá ser responsável pelos “backups” ou exclusão de informações e documentos inseridos nos equipamentos.

5.2.14. A responsabilidade, quanto aos serviços de garantia do produto, entre o fornecedor e da assistência técnica será solidária.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. Dá-se ao presente contrato, o valor global de R\$_____,__
(_____).

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS E CRITÉRIOS DE REAJUSTES

7.1. O valor unitário, total e global do objeto contratual ficarão assim fixados neste instrumento contratual e de acordo com o preço proposto pela CONTRATADA:

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Marca</u>	<u>Qtd.</u>	<u>Valor Unitário</u>	<u>Valor Total</u>
01	MOUSE PAD	_____	15 UNID.	R\$_____	R\$_____
02	PEN DRIVE USB 3.0 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 16 GB	_____	12 UNID.	R\$_____	R\$_____
03	PEN DRIVE USB 3.1 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 32 GB	_____	02 UNID.	R\$_____	R\$_____
<u>VALOR GLOBAL</u>				R\$_____	

- 7.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em moeda corrente do país, salvo se em decorrência de prorrogações do prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a CONTRATADA poderá ter o saldo remanescente ajustado, se houver.
- 7.3. O reajuste de valores, em virtude da prorrogação contratual, será medido pelo IGP-M/ FGV ou SINAPI, conforme o caso, ou qualquer outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.
- 7.4. Fica expressamente estabelecido que, no preço apresentado na proposta, deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: **frete, tributos, seguros, encargos sociais**, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto contratual.
- 7.5. Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro durante a execução do presente contrato, a CONTRATADA poderá requerer formalmente ao PreviD a revisão dos valores pactuados, relatando os detalhes e os fatos anexando ao pedido os documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, o qual será submetido à análise e parecer do órgão CONTRATANTE conforme previstos no art. 65, da lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados em um prazo de até **10 (dez) dias úteis**, após o fornecimento dos materiais, contados da data de apresentação do **documento**

com validade fiscal, devidamente atestado pelo setor competente, juntamente com as **certidões negativa de tributos das esferas Federal, Estadual e Municipal e das certidões negativas de débitos trabalhistas e de FGTS**.

- 8.2. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, vigentes à época do pagamento, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal, conforme cláusula supra, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 8.3. Os **documentos com validade fiscal** correspondentes, serão discriminativas, constando o **número do Contrato firmado, número da nota de empenho**, bem como banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade no documento com validade fiscal, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 8.5. Na hipótese de devolução, do documento com validade fiscal será considerado como **não** apresentado, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após sua reapresentação.
- 8.6. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IGP-M ou índice que venha substituí-lo.
- 8.7. O CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 8.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 8.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 8.10. O CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 8.11. A CONTRATADA ficará obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato de acordo com art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

18.00. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados

18.01. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados

09.272.124. – Manter o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

2.075 – Manutenção das Atividades do IPSSD
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
3.3.90.30.11 – Material de Processamento de Dados
Fonte 103000

- 9.2. O CONTRATANTE, se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista
- 9.3. Os valores correspondentes aos exercícios financeiros posteriores correrão por dotação orçamentária a ser estipulada oportunamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 10.1. A vigência do contrato será até a data de 27 de dezembro de 2019, **iniciando-se a partir da data de assinatura do contrato**, podendo ser prorrogados ou acrescidos, de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 11.2. Executar o objeto deste Contrato de acordo com as especificações e/ou normas exigidas pelo CONTRATANTE, cumprindo fielmente todas as disposições e prazos estabelecidos.
- 11.3. Fornecer os produtos de acordo com a Proposta de preços apresentada de modo que satisfaça todas as exigências dispostas **no edital e demais anexos, assim como, neste contrato.**
- 11.4. Entregar todos os produtos devem ser de ótima qualidade, novos, de primeiro uso, e estarem devidamente embalados, constando a MARCA do produto, as INFORMAÇÕES/DESCRIÇÕES do mesmo e a sua VALIDADE.
- 11.5. Informar ao CONTRATANTE, antes do início da vigência do contrato, os impedimentos da execução do fornecimento, justificando-os e comprovando-os.
- 11.6. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade ou quaisquer alterações necessárias, que interfiram na execução dos serviços, objeto do presente Contrato.
- 11.7. Entregar os equipamentos ofertados no local indicado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados – MS, dentro dos prazos estabelecidos.
- 11.8. A CONTRATADA é responsável pelo perfeito acondicionamento dos materiais, objeto deste Contrato, de modo que chegue em perfeitas condições de utilização no local destinatário.
- 11.9. Dispor de meios necessários para a devida entrega do objeto ora contratado, nos prazos e local indicados.
- 11.10. Independentemente da aceitação, garantir a boa qualidade dos produtos conforme especificação na proposta, efetuando a troca dos que apresentarem problemas de qualidade.

11.11. No caso dos produtos Pen Drive USB 3.0 com capacidade mínima de 16GB e Pen Drive USB 3.1 com capacidade mínima de 32GB:

- 11.11.1.** Em caso de acionamento da garantia e da necessidade de enviar o produto para as dependências da CONTRATADA ou para o centro de assistência técnica autorizado, arcar com os custos de transporte e seguro de transporte, além daqueles relacionados com a manutenção do mesmo.
- 11.11.2.** Proceder, durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição do produto, materiais e/ou componentes que não mais existam no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, a substituição por produto e/ou componentes tecnologicamente equivalentes ou superiores, sem ônus para o PreviD.
- 11.11.3.** Honrar com o prazo de garantia mesmo após o término da vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções administrativas, caso não o cumprir.
- 11.12. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal capacitado e suficiente para atendimento dos serviços relacionados ao objeto do contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 11.13. Substituir imediatamente qualquer colaborador responsável pela execução do serviço que causar embaraço à boa execução do contrato ou por recomendação da fiscalização.
- 11.14. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao PreviD ou a terceiros, nas dependências deste Instituto.
- 11.15. Não poderá haver subcontratações para quaisquer atividades para a efetivação do objeto do contrato.
- 11.16. **Designar, por escrito**, preposto que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato, que será o responsável pelo bom andamento do mesmo e por tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 11.17. Instruir o fornecimento deste Contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da autorização de fornecimento e o comprovante do respectivo recebimento.
- 11.18. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidente de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 11.19. Responsabilizar-se por recolhimento ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados.
- 11.20. Ressarcir ao CONTRATANTE o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigências do Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

- 11.21. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se abrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.
- 11.22. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, bem como, providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do objeto do presente Contrato.
- 11.23. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 11.24. Acatar o código de defesa do consumidor conforme disposto na Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 12.1. Fiscalizar, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas processo de contratação.
- 12.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 12.3. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução do contrato.
- 12.4. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados em suas dependências.
- 12.5. Acompanhar a execução do contrato efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento.
- 12.6. Notificar, formal e tempestivamente, à CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- 12.7. Notificar à CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 12.8. Aplicar as penalidades legais e contratuais.
- 12.9. Comunicar expressamente à CONTRATADA as irregularidades observadas durante sua execução e providenciar as devidas correções.
- 12.10. Rejeitar os serviços que a CONTRATADA executar fora das especificações do edital e seus anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:

- I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 - II. Não celebrar o contrato;
 - III. Ensejar o retardamento na execução do objeto do CONTRATO;
 - IV. Não manter a proposta, injustificadamente;
 - V. Falhar ou fraudar na execução do objeto do CONTRATO;
 - VI. Comportar-se de modo inidôneo;
 - VII. Cometer fraude fiscal.
- 13.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, o Instituto poderá aplicar à contratada as seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar irregularidades de pequena monta;
 - b) Multa administrativa de **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de:
 - I. Inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, bem como pelo descumprimento de normas de legislação pertinentes à execução do objeto contratual;
 - II. Rescisão contratual, sem justo motivo, pela CONTRATADA.
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, até o prazo de 2 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. As sanções previstas nas **alíneas “a”, “c” e “d” do subitem anterior** poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.
- 13.4. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.
- 13.5. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.
- 13.6. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.
- 13.7. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.
- 13.8. Sendo aplicada multa, decorrido o prazo para recurso deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma no Departamento Financeiro do PREVID, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da mesma.

13.9. A CONTRATADA poderá perder tal a condição, caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:

- I. estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômica – financeira comprometida;
- II. ter título protestado cujo valor possua, a juízo do contratado comprometer a sua idoneidade financeira e/ou a eficiente execução do Contrato;
- III. ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS e FGTS.

13.10. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- a) Unilateralmente pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, quando necessária a modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos ou, do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto contratual.
- b) Por acordo das partes:
 - I. Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - II. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução de fornecimento de bens;
 - III. Na hipótese do disposto na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

14.2. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o Instituto deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

14.3. As alterações contratuais, deveram ser realizadas mediante o instrumento de Termo Aditivo, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII,

- XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 15.2. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial do fornecimento nos prazos propostos e contratados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do presente Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 15.3. A rescisão não dará à CONTRATADA direito de indenizar a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 15.4. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrente deste Contrato limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 15.5. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 15.5.1. A nulidade não exonera o Instituto do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 15.6. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA previstas no presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO

- 16.1. O presente Contrato está vinculado, para todos os efeitos e condições legais, ao Processo nº 017/2019/PREVID, Edital, Pregão Presencial nº 002/2019/PREVID e seus Anexos, à **Nota de Empenho nº ____/2019** e a proposta de preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

- 17.1. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante o período de execução do presente contrato, todas as condições de habilitação, exigidas no Edital, Pregão Presencial nº 002/2019/PREVID.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Declaram as partes que este CONTRATO corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 18.2. Ao presente CONTRATO aplicam-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.
- 18.3. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente CONTRATO serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis.

- 18.4. Após a assinatura deste CONTRATO, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondente devidamente registrada.
- 18.5. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, as demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos e às cláusulas expressas neste CONTRATO.
- 18.6. Em caso de dúvidas ou divergências entre os documentos citados no inciso I da Cláusula Primeira, estas serão dirimidas considerando-se sempre os documentos mais recentes com prioridade sobre os mais antigos, e em caso de divergências com este
- 18.7. Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais o CONTRATANTE não houver, expressamente, se declarado de acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

- 19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, sendo esta, competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo ciente, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Dourados/MS, ____ de ____ de 2019.

THEODORO HUBER SILVA

Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1ª.) _____ C.P.F.: _____

2ª.) _____ C.P.F.: _____